

ENTREVISTA ADVOGADO APONTA AS FAKE NEWS COMO O PRINCIPAL PROBLEMA NA DEMOCRACIA MUNDIAL E VÊ UTILIZAÇÃO DAS MENTIRAS NA ELEIÇÃO

ASPAS

“Bolsonaro continua na sua marcha diuturna contra a Constituição e a democracia do Estado brasileiro”.

Flávio Caetano
Advogado e professor

“Há risco de golpe pelo açodamento da política, da polarização da falta de diálogo”.

Idem

“Tirar Bolsonaro do poder é condição de sobrevivência democrática”.

Idem



‘FAKE NEWS É AMEAÇA’

Advogado Flávio Caetano, defensor da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), diz que Bolsonaro se valeu de fake news para se eleger: “Vai levar à cassação de mandato”

OV
ENTREVISTA

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Xandu Alves
@xandualves10



Advogado da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) junto ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral), tendo atuado no processo que culminou na absolvição da chapa Dilma-Michel Temer em 2014, Flávio Caetano não vê

paralelo no impeachment da petista com os pedidos contra o presidente Jair Bolsonaro (sem partido). “Dilma não havia atentado contra a Constituição. Bolsonaro atenta o tempo todo contra a Constituição”, diz o defensor, que também é professor de Direitos Humanos da PUC (Pontifícia Universidade Católica) de São Paulo e mediador de conflitos.

Em entrevista a OVALE, Caetano vê ameaça à democracia na proliferação das fake news, diz que Bolsonaro se aproveitou delas para se eleger e prega a saída do presidente.

Confira:

Há paralelo entre o impeachment de Dilma e os pedidos contra Bolsonaro?

Nenhum. Dilma não atentou contra a Constituição. Bolsonaro atenta o tempo todo. Os pedidos de impeachment que chegaram ao Congresso são de altíssima gravidade ao estado democrático de direito.

Afrontas brutais à Constituição quando um presidente se pronuncia e participa de atos públicos pedindo o fechamento do Congresso e do STF.

Isto viola a base da Constituição, que se funda na relação harmônica e na independência dos poderes.

Bolsonaro já cometeu crime de responsabilidade?

Ele continua na sua marcha diuturna contra a Constituição e a democracia.

Isso foi demonstrado pelo ex-ministro Sergio Moro na sua exoneração, que aponta que o presidente quis interferir na Polícia Federal em investigações para beneficiar a si próprio e seus familiares. Temos outro crime por querer influenciar em investigações que estão a comando do Judiciário e do Ministério Público. Todas as condições jurídicas para o impeachment estão comprovadas.

O aspecto jurídico é inquestio-